

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.555 - BA (2019/0343390-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : GILENO COSTA FILHO
ADVOGADOS : MAURÍCIO VASCONCELOS - BA010439
MILTON JORDÃO DE FREITAS PINHEIRO GOMES - BA017939
FABIANO VASCONCELOS SILVA DIAS - BA022716
ALOISIO FREIRE SANTOS - BA039758
RAFAEL FONSECA TELES - BA029116
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GILENO COSTA FILHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no julgamento do HC n. 004-8011794-03.2019.8.05.0000.

Noticiam dos autos que foram decretadas medidas protetivas em desfavor do paciente em relação à sua ex-esposa, nos seguintes termos: a) *mantivesse a uma distância mínima de 500 (quinhentos) metros da ofendida e testemunhas; b) proibição de contato com a ofendida e testemunhas por qualquer meio de comunicação, a exemplo de telefonemas, mensagens eletrônicas de texto ou de voz, e-mail's, por meio de redes sociais, notadamente Facebook, ou mesmo pelo aplicativo de celular WhatsApp; c) proibição de frequentar locais em que saiba da presença da ofendida, principalmente sua residência e local de trabalho, em específico o Condomínio Porto Busca Vida Resort.*

O *habeas corpus* impetrado na origem foi denegado.

Nesta via, o recorrente sustenta a falta de fundamentação idônea para a medida e de substrato fático e jurídico para a imposição das medidas protetivas, uma vez que não há provas da prática de ameaça, agressão ou violência contra a suposta vítima (ex-esposa do recorrente), pois “a ocorrência policial nada tem a comprovar, pois é somente o registro de um fato levado à feito sob a ótica exclusiva de quem a historiou”.

Alega que as medidas impostas o estão privando da convivência com seus filhos, “especialmente João Pedro, que não tem contato com o pai há mais de um ano” e que “não pôde comparecer ao aniversário [dele] tendo em vista a presença da Sra. OZITA no mesmo local”.

Defende que o verdadeiro intuito da suposta vítima é meramente patrimonial, visando legitimar e garantir a sua permanência no único imóvel remanescente do casal, imóvel esse que haviam combinado vender, nas tratativas do divórcio, tanto que “ela somente passou a “residir” naquele imóvel após o dia 29/06/2018” e “passados mais de 1 ano do registro da ocorrência na DEAM, a Sra. OZITA não se movimentou no sentido de prestar suas declarações perante a autoridade policial”.

Requer o provimento do recurso para que sejam revogadas as medidas protetivas.

Sem contrarrazões, os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 242-247).

É o relatório.

A irresignação não merece acolhida.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus*, mediante acórdão assim sintetizado (e-STJ fl. 200):

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MEDIDA PROTETIVA. LEI N. 11.340/2006. AFASTAMENTO MÍNIMO DA VÍTIMA (GENITORA). REVOGAÇÃO DA EXIGÊNCIA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VIA INADEQUADA.

1. O habeas corpus não se presta para analisar pedido de revogação de medidas protetivas previstas no art. 22 da Lei n. 11.340/2006, quando tal providência implicar dilação probatória. Precedentes.

2. Hipótese em que averiguar se o recorrente está impossibilitado de cumprir o afastamento mínimo de 200 metros da residência da vítima, por haver construído pousada há 7 metros de distância daquele local, demanda a incursão no acervo fático-probatório, o que é inviável na via estreita do writ, ainda mais quando o acórdão impugnado constatou que a aquisição daquele imóvel não precedeu a ordem judicial.

3. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 50.189/GO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 01/09/2015)

O recorrente pretende a revogação das medidas protetivas, argumentando, em síntese, com a ausência de provas da prática de ameaça, agressão ou violência contra a vítima, que serviram de substrato fático à decretação das medidas em seu desfavor.

Ocorre que esta Corte tem orientação jurisprudencial no sentido de que não cabe *habeas corpus* para analisar pedido de revogação de medidas protetivas previstas no art. 22 da Lei n. 11.340/2006, quando tal providência implicar dilação probatória, como na espécie.

A propósito (grifos acrescidos):

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MEDIDA PROTETIVA. LEI N. 11.340/2006. AFASTAMENTO MÍNIMO DA VÍTIMA (GENITORA). REVOGAÇÃO DA EXIGÊNCIA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VIA INADEQUADA.

1. O habeas corpus não se presta para analisar pedido de revogação de medidas protetivas previstas no art. 22 da Lei n. 11.340/2006, quando tal providência implicar dilação probatória. Precedentes.

2. Hipótese em que averiguar se o recorrente está impossibilitado de cumprir o afastamento mínimo de 200 metros da residência da vítima, por haver construído pousada há 7 metros de distância daquele local, demanda a incursão no acervo fático-probatório,

Superior Tribunal de Justiça

o que é inviável na via estreita do writ, ainda mais quando o acórdão impugnado constatou que a aquisição daquele imóvel não precedeu a ordem judicial.

3. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 50.189/GO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 01/09/2015)

Nesse contexto, não há como dar provimento à insurgência, porquanto analisar o cabimento da decretação das medidas protetivas demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada na via eleita, consoante destacado no aresto impugnado.

Diante do exposto, **nega-se provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator